MODESTO CARVALHOSA
STJ00099708

CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI ANTICORRUPÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

Lei 12.846/2013

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

STJ00099708

CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI ANTICORRUPÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS – Lei 12.846/2013

MODESTO CARVALHOSA

THOMSON REUTERS
ProView
INCLUI VERSÃO ELETRÔNICA DO LIVRO

© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Central de Relacionamento RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso *site*: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [12-2014]

Profissional

Fechamento desta edição [04.12.2014]

CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME
ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
RESPEITE O DIREITO AUTORAL
EDITORA AFILIADA

ISBN 978-85-203-5888-7

STJ00099708

SUMÁRIO

Nota da editora 19

Agradecimentos 21

Prefácio – Ricardo Villas Bôas Cueva 23

Introdução 29

Objetivos, antecedentes e sistema legislativo onde se insere 29

Origem da presente lei 31

O processo penal-administrativo 32

Responsabilidade objetiva 35

Responsabilidade objetiva administrativa de pessoa jurídica (artigo 1º) 37

A conduta objetiva e o foro administrativo 41

Objetividade dos delitos corruptivos do Estado e da pessoa jurídica 42

A construção doutrinária da responsabilidade penal objetiva 45

Configuração do delito corruptivo praticado pela pessoa jurídica 51

STJ00099708

Caracterização da infração por pessoa jurídica 52

A pessoa jurídica como sujeito ativo do delito de corrupção 55

Pessoas jurídicas e o concurso dos agentes públicos..... 56

As pessoas jurídicas do artigo 1º 60

Significado do caráter empresarial..... 62

Conduta corruptiva das empresas, institutos e fundações públicas 63

O concurso do agente público como elemento necessário do delito corruptivo..... 65

A pessoa jurídica como único sujeito ativo 68

Inaplicabilidade da teoria do domínio do fato 71

Conflito no regime de competência no processo penal-administrativo 73

Competência exclusiva das corregedorias e das controladorias 75

Crítica aos decretos do Estado e do Município de São Paulo 76

O caráter meramente instrutório do "processo administrativo" de que trata o artigo 13..... 79

Critério de dimensão do dano civil 80

Instância recursal administrativa..... 81

STJ00099708

A corrupção pública no Brasil 83

Os efeitos da corrupção na gestão pública 93

Ainda os efeitos da corrupção 97

A corrupção no mundo globalizado 99

As medidas internacionais de combate à corrupção 103

Aplicação ultraterritorial da presente lei 113

Princípios que orientam a aplicação da lei no espaço 115

O regime da ultraterritorialidade no Direito brasileiro e comparado 119

A ultraterritorialidade condicionada 123

Limitações das legislações estrangerias 130

A ultraterritorialidade na presente lei 131

Potencial violação da soberania estrangeira: ausência de punibilidade no local do cometimento 132

Campo de aplicação indefinido 135

Corrupção por empresas brasileiras no exterior 137

Desconsideração do Direito estrangeiro 138

Solução através da cooperação internacional 142

Sujeitos objetivamente imputáveis pela conduta 145

O elenco das pessoas jurídicas imputáveis 150

STJ00099708

Reorganização das pessoas jurídicas 155

Limitação da inversão da responsabilidade civil nas fusões e incorporações..... 157

Inexistência de tentativa na reorganização..... 163

Solidariedade 164

A característica empresarial das entidades sociais e filantrópicas 167

A questão da solidariedade penal e civil 168

Tipificação dos delitos de corrupção – Art. 5º 173

Instigação do agente público..... 175

Concurso necessário 177

Elementos do delito de corrupção..... 178

A responsabilização civil do Capítulo VI..... 179

Fundamentos da punição objetiva no plano administrativo..... 180

Fundamentos objetivos do processo penal-administrativo 184

A superação da dupla imputabilidade 186

Ainda os predicados do processo penal-administrativo.. 190

As características punitivas do processo penal-administrativo – (*jus puniendi*)..... 192

STJ00099708

Tipificação das condutas lesivas à administração pública nacional ou estrangeira – Tipos objetivos 193

Inciso I do art. 5º 200

Inciso II do art. 5º 204

Inciso III do art. 5º 209

Contratação com o Poder Público – Inciso IV do art. 5º 212

Os cartéis como tipo de fraude concorrencial – Letra "a" do inciso IV do art. 5º 213

Ainda a letra "a" do inciso IV do art. 5º 216

Letra "b" do inciso IV do art. 5º. 222

Letra "c" do inciso IV do art. 5º 223

Letra "d" do inciso IV do art. 5º 225

Letra "e" do inciso IV do art. 5º 228

Letra "f" do inciso IV do art. 5º 233

Letra "g" do inciso IV do art. 5º 238

Inciso V do art. 5º 244

Delitos contra a Administração Pública, nacional e estrangeira – Art. 5º – *Caput* 247

Princípios da administração pública vinculantes da conduta – Art. 5º, *caput* 249

STJ00099708

O princípio constitucional da legalidade 254

Princípio da finalidade da lei 256

Princípio da motivação 258

Princípio da supremacia do interesse público 261

Princípio da impessoalidade 267

Princípio da moralidade administrativa 269

Princípio constitucional da publicidade 278

Princípio constitucional da eficiência – A disfunção pública 289

Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade 299

Os critérios de aplicação da multa penal-administrativa – Art. 6º 301

Gravidade da infração – Art. 7º – I – *Jus puniendi* 305

Mensuração da pena – Art. 7º – II 309

A consumação do delito corruptivo – Art. 7º – III 312

O grau de lesão – Art. 7º, IV 314

O efeito negativo da conduta corruptiva – Art. 7º, V ... 316

Situação econômica do infrator – Art. 7º VI 320

Regime de conformidade – Art. 7º inciso VIII e art. 16 (*compliance*) 323

STJ00099708

Estrutura do regime de conformidade (*compliance*) – Auditoria interna 327

Comitê de governança 330

Cultura corruptiva e a institucionalização do regime de conformidade – O Pacto CGU 332

As três fases de adoção do regime de conformidade 334

Jurisdição administrativa do regime de conformidade... 337

Efeitos transacionais do Pacto CGU 341

O regime de conformidade como questão de Estado 342

Do processo penal-administrativo no caso concreto..... 343

Processo penal-administrativo e não administrativo sancionatório 347

Competência administrativa para punir e não para ressarcir – Princípios aplicáveis 352

Requisitos da condenação (*jus puniendi*) e unicidade processual 355

Normas aberrantes na presente lei – Incompatibilidade com o ordenamento 357

Desconsideração da personalidade jurídica 363

Aberrações do art. 15 365

"Processo Administrativo" para reparação de danos..... 367

STJ00099708

Conclusão sobre o sentido dessas aberrações normativas 369

Acordos de leniência – Capítulo V 370

A questão do sigilo no acordo de leniência..... 374

Críticas infundadas ao acordo de leniência 377

Momento da pactuação 381

Efeitos da pactuação 381

Normas inaplicáveis ao pacto de leniência 382

Requisitos objetivos para a celebração do pacto 386

Autoridade competente 390

Descumprimento do acordo 391

Proposta de pacto e reconhecimento da prática corruptiva 392

Capítulo VI – Responsabilização judicial como efeito da condenação penal-administrativa..... 394

Objeto da ação civil pública..... 395

Efeitos civis da condenação penal-administrativa..... 397

Fonte probatória da condenação civil 399

Funções processuais diversas..... 400

Competências do Poder Judiciário..... 402

STJ00099708

Natureza civil e administrativa da condenação judicial.. 403

Legitimidade ativa 404

O objeto da ação civil pública..... 405

Processo civil de conhecimento..... 406

Teoria objetiva do risco civil 407

Complementariedade das condenações..... 408

Os demais efeitos da condenação penal-administrativa na esfera da ação civil pública 410

Danos morais causados ao Estado..... 411

Responsabilidade pela omissão das autoridades administrativas – Art. 27 415

Substituição processual..... 416

Cadastro – CNEP e CEIS 420

Prescrição 422

Não revogação de leis especiais 423

Referências 427